



Como estudar elites

Renato Perissinotto
Adriano Codato (orgs.)

Editora
UFPR

© Renato Perissinotto e Adriano Codato (orgs.)

Como estudar elites

Coordenação Editorial

Lucas Massimo

Projeto Gráfico e Editoração Eletrônica

Indústria Inc.

Revisão

Lucas Massimo e Fernando Leite

Capa

Indústria Inc.

Foto de capa

Renato Perissinotto

Série Pesquisa, n. 290

Ref. 823

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS - BIBLIOTECA CENTRAL
COORDENAÇÃO DE PROCESSOS TÉCNICOS

Como estudar elites / Renato Perissinotto, Adriano Codato (orgs.). -

Curitiba : Ed. UFPR, 2015.

319 p. : il. - (Pesquisa; n. 290)

ISBN 978-85-8480-038-4

Inclui referências ao final de cada capítulo

Vários autores

1. Elites (Ciências sociais). 2. Metodologia. I. Perissinotto, Renato M. (Renato Monseff), 1964-. II. Codato, Adriano Nervo. III. Série.

CDD 305.5

Andrea Carolina Grohs CRB 9/1384

Direitos desta edição reservados à

Editora UFPR

Rua João Negrão, 280 - Centro

Tel.: (41) 3360-7489

80010-200 - Curitiba - Paraná - Brasil

www.editora.ufpr.br

editora@ufpr.br

2015



Esta obra foi publicada com recursos do Programa Nacional de Cooperação Acadêmica (Procad) referentes ao projeto "Composição e recomposição de grupos dirigentes no Nordeste e no Sul do Brasil" desenvolvido em parceria entre UFPR, PUC-RS e UFS.



7. Antropologia, política e etnografia: fronteiras disciplinares e trabalho de campo

Wilson José F. de Oliveira

After all, ethnography is uniquely equipped to look microscopically at the foundations of political institutions and their attendant sets of practices, just as it is ideally suited to explain why political actors behave the way they do and to identify the causes, processes, and outcomes that are part and parcel of political life.

AUYERO, 2006, p. 258.

TENHO OBSERVADO QUE, nos últimos anos, a palavra “etnografia” tornou-se uma espécie de moda corrente no universo acadêmico brasileiro: todo mundo reconhece sua importância, muitos colegas incluem textos etnográficos em suas disciplinas e até mesmo em seus artigos e trabalhos publicados. É também muito comum e frequente encontrarmos, nos trabalhos de estudantes e professores das diferentes áreas das ciências sociais, termos como “pesquisa etnográfica”, “dados etnográficos”, “etnografia” etc. No entanto, quando exploramos as definições de etnografia subjacentes a tais utilizações somos quase sempre remetidos a princípios e fundamentos disciplinares e institucionais muito diferentes e, algumas vezes, até mesmo incompatíveis. Nesse sentido, pode-se dizer que cientistas políticos e sociólogos tratam a etnografia como uma técnica de pesquisa, que fazem questão de chamar de “qualitativa”, e que está diretamente associada à Antropologia. Os antropólogos não deixam por menos, pois animados pelo que Becker (2009, p. 6) qualifica de “pretensão

etnográfica” utilizam tal termo como sinônimo de “trabalho de campo” e como marca “registrada” da Antropologia. Assim, em consonância com as divisões e diferenças disciplinares e institucionais que, no Brasil, balizam o exercício das ciências sociais nestas respectivas áreas (BEZERRA, 2013), há certo consenso de que a etnografia constitui uma *técnica de pesquisa específica da Antropologia*.

Essa concepção *metodológica* e *disciplinar* da etnografia contribui para que sua originalidade e relevância sejam, em grande parte, ofuscadas. Talvez, por isso, sua utilização como princípio de construção do objeto, de levantamento de informações, de interpretação e de análise dos fenômenos políticos ainda seja uma prática tão rara nas ciências sociais, incluída a própria Antropologia. No que diz respeito ao estudo dos fenômenos políticos, pode-se dizer que os mesmos ainda estão muito distantes da agenda etnográfica contemporânea. A situação é muito próxima daquela constatada por Auyero (2006) quando salienta que a renovação, o crescimento e o aumento do interesse dos cientistas sociais (principalmente, cientistas políticos e sociólogos) pelo trabalho etnográfico não se fez acompanhar de estudos etnográficos sobre instituições, protagonistas e práticas políticas.

Sem dúvida, a persistência de divisões disciplinares no estudo da vida política constitui um dos fatores responsáveis por essa relação de dupla ausência entre etnografia e política. No âmbito da Antropologia, a institucionalização e a difusão de uma concepção essencialista da cultura, própria à tradição intelectual norte-americana e sua imposição como um modelo de ciências sociais para os demais países (KUPER, 2002) constituiu um dos fatores que contribuiu, e ainda hoje contribui, para a ausência e o desprezo dos fenômenos do poder e da política na literatura etnográfica. Isso porque tal concepção parte do pressuposto de que a cultura é uma esfera separada do poder e da política, assim como separada de uma série de condições, processos e recursos sociais, devendo “ser explicada em seus próprios termos” (KUPER, 2002, p. 310). Já no caso da Ciência Política, a sedução e a hegemonia da linguagem estatística e quantitativa e a fixação dos cientistas políticos por modelos formais, por abordagens estatísticas, gráficos, regressões e correlações e por metodologias padronizadas, acabam se tornando ingredientes decisivos para a marginalização das investigações não estatísticas como pré-científicas e inferiores e, evidentemente, para que a etnografia não figure em sua prática de pesquisa como uma das metodologias fidedignas e confiáveis para a investigação da vida

política (AUYERO, 2006; SCHATZ, 2009). Lamentavelmente, essa relação de dupla ausência, da política na literatura etnográfica e da etnografia nas investigações dos fenômenos políticos, tem contribuído para que aspectos essenciais do funcionamento da vida política continuem sendo deixados de lado ou permaneçam encobertos, tais como: o ritmo da ação política, a textura da vida política, a situação dos atores políticos, bem como as complexidades diárias da política, os pequenos detalhes, seus meandros diários e os significados implícitos (AUYERO, 2006).

Neste capítulo, argumento que a etnografia não deve ser reduzida a uma “técnica qualitativa” de pesquisa, tratando-se antes de uma concepção ampla da relação entre teoria e empiria, bem como da forma de definição e de acesso ao próprio objeto de estudo. Nesse sentido, o tipo de reflexão que ela nos desafia a incorporar na prática de pesquisa sobre a política e, em particular, sobre os grupos dirigentes vai muito além de um simples questionamento metodológico sobre as dificuldades de aplicação de determinadas técnicas e, até mesmo, sobre as condições de acesso a certos terrenos de investigação. Não estamos diante de uma simples técnica qualitativa, dentro da divisão entre qualitativo e quantitativo, que, infelizmente, ainda vigora nas ciências sociais. Em vez disso, a “revolução do olhar” (WINKIN, 1998) que a etnografia nos desafia a colocar em prática no âmbito da pesquisa exige que transformações consideráveis sejam realizadas simultaneamente na *forma de definição do objeto* e nos *procedimentos adotados para se ter acesso* ao mesmo. Isso implica, entre outras coisas, colocar em prática pressupostos epistemológicos, teóricos e metodológicos que tenham na “reflexividade” (BEAUD; WEBER, 1998) um dos princípios norteadores de todo o processo de investigação.

Para dar conta disso, retomo a discussão sobre a originalidade e a relevância dos estudos antropológicos sobre a política, ao mesmo tempo em que saliento alguns procedimentos que têm me guiado no desafio de incorporação da prática etnográfica na investigação de atores políticos, grupos dirigentes e organizações políticas. Assim, faço, primeiramente, uma retomada e uma discussão das contribuições que a Antropologia trouxe para o universo da pesquisa dos fenômenos políticos. Num segundo momento, detenho-me nos princípios norteadores da prática etnográfica para a investigação da vida política. Para isso, destaco um conjunto de pesquisas em que a *reflexividade*, aliada a uma renovação dos procedimentos de investigação, possibilitou trazer à tona objetos e dados novos sobre a vida política, em geral, e sobre os grupos dirigentes, em particular.

1. Antropologia, poder e política moderna

Ethnography often expands - indeed, it often explodes - how we understand the boundaries of the political. SCHATZ, 2009, p. 10.

Os estudos sobre o poder e a política não são recentes no âmbito da Antropologia. Pelo contrário, as tentativas de exploração da diversidade de formas políticas têm como um dos pontos de partida principais os trabalhos pioneiros de Henry Maine e Lewis Morgan através das célebres distinções entre família e indivíduo, parentesco e Estado, e outras dicotomias correlatas (ABÉLÈS; JEUDY, 1997; ERIKSEN; NIELSEN, 2007). Tais iniciativas se desdobraram e se multiplicaram nos anos de 1930-1940 com o aparecimento do que mais tarde foi denominado de “Antropologia Política” (KUPER, 1978; HEUSCH, 2006). Desse modo, pode-se dizer que a reflexão sobre a diversidade de formas políticas esteve desde o início no centro dos interesses dos antropólogos. É, talvez, nesse sentido que se pode entender a afirmação de Donegani (2006) quando salienta que a Antropologia e a Ciência Política surgiram com desafios comuns, mas progressivamente desenvolveram conceitos, teorias, métodos, escolas e instituições vinculadas a identidades diferenciadas.

Sem dúvida, os anos de 1930-1940 constituem um novo marco na emergência de um conjunto heterogêneo de investigações antropológicas que tinham como traço comum uma forte articulação entre o trabalho de campo e a formulação teórica, com base em estudos empíricos sobre o poder e a política nas chamadas “sociedades primitivas”, até então caracterizadas como sociedades que careciam, entre outras coisas, de um Estado no sentido moderno do termo (ABÉLÈS; JEUDY, 1997, p. 6-7). Nesse período, os questionamentos levantados pelas investigações antropológicas foram muito além de uma simples modificação em relação aos procedimentos e às técnicas de pesquisa dos fenômenos políticos ou ao comportamento do pesquisador em campo frente a um objeto cujas definições lhes escapavam. Desenvolvendo-se a partir de terrenos de análise bastante diferenciados dos que até então orientavam o trabalho dos sociólogos e cientistas políticos (TILLY, 1984), tais investigações expandiram os limites e as fronteiras disciplinares, metodológicas e teóricas na compreensão da política como objeto de estudo, tornando-se uma área que colocou em jogo a própria “construção canônica dos fenômenos políticos” (BALANDIER, 2006, p. 20). Isso porque, durante muito tempo, os paradigmas da Ciência Política foram dominados pelo evolucionismo e pela noção de desenvol-

vimento político, os quais tinham como base a dicotomia entre “sociedades primitivas” e “modernas” e a concepção da mudança e do desenvolvimento social e político como passagem do “natural”, “simples”, “arcaico” para o “racional”, “complexo”, “desenvolvido” etc., (BOTTOMORE; NISBET, 1980). Um exemplo da permanência e longevidade de tais postulados são as formulações de Parsons e Easton que, centradas na noção de sistema, concebem a “passagem da não diferenciação das sociedades tradicionais para o advento do Estado como resultado necessário de requisitos do tipo sistêmico” (DONEGANI, 2006, p. 6).

No âmbito da antropologia, as investigações sobre a política foram, inicialmente, dominadas pelas abordagens estrutural-funcionalistas que enfatizavam a coerência e a integração dos sistemas sociais (KUPER, 1978; ABÉLÈS; JEUDY, 1997). Em reação a tais abordagens e frente à observação das tensões e mudanças impostas pela colonização ocidental, os anos de 1950-1960 se caracterizaram pelo surgimento de vertentes voltadas para o exame das modificações impostas pela história às “sociedades tradicionais” (KUPER, 1978; ABÉLÈS; JEUDY, 1997; DONEGANI, 2006). Nesse sentido, as análises da distribuição de poder entre os grupos, a construção de tipologias (que vão dos sistemas governamentais minimalistas aos fortemente centralizados e diferenciados) e, ainda, a reintrodução da história, foram importantes para essa mudança de orientação da Antropologia (KUPER, 1978). Elas possibilitaram o afrontamento de certos pressupostos corriqueiros da Ciência Política, principalmente os que dizem respeito à aceitação das formas coercitivas do Estado moderno como inerentes ao exercício do poder (CLASTRES, 1990; DONEGANI, 2006).

Nesse sentido, os estudos antropológicos do poder e da política conduziram à interrogação sobre a “relatividade das formas estatais” até então concebidas como inerentes ao exercício do poder, bem como sobre as “condições de aparição e de desenvolvimento de circuitos especializados” de poder que caracterizam tanto as “sociedades ocidentais” quanto as “tradicionais” e que podem se exprimir das formas mais variadas (parentela, religião, Estado etc.) (DONEGANI, 2006, p. 10-11). Ou seja, tais pesquisas demonstraram que a política constitui “um aspecto de toda a vida social, mas sem nenhuma identidade específica”, uma vez que o poder se exprime em circuitos diversificados como parentesco, religião, economia, entre outros. Assim, já que as funções políticas podem ser realizadas por meio de espaços, organizações e relações que não são necessariamente “qualificadas de política”, a política pode ser compreendida

como uma “qualificação flutuante” de certas relações sociais, impossibilitando determinar sua essência (DONEGANI, 2006, p. 10-11).

Um dos aspectos centrais nessas investigações é o reconhecimento do poder e da função política como independentes da referência à existência de um Estado já constituído, bem como o assentimento de que a “forma estatal” e sua existência na “modernidade” não são suficientes para determinar sua finalidade e existência, nem tampouco a “única realização da ‘verdadeira’ política” (ABÉLÈS, 1990; BALANDIER, 2006, p. 19). Quanto a isso, a situação colonial deixou evidente o desequilíbrio nas relações de dominação entre sociedades ocidentais e africanas, explicitando, assim, o quanto o Estado moderno não pode continuar sendo visto como uma simples atualização de uma história linear herdada de um tempo interrompido, nem tampouco como uma criação independente e livre de “adaptação às situações particulares” (BALANDIER, 2006, p. 20).

Todavia, até então, os avanços proporcionados pelos estudos antropológicos da política ainda estavam limitados ao exotismo, à descrição das “outras” sociedades e ao exame das situações de dependência colonial. É somente aos poucos que a Antropologia desenvolve reflexões mais gerais sobre a natureza e os fundamentos do poder e da política “para além da multiplicidade de suas manifestações” e se torna uma das vias privilegiadas de leitura política da modernidade (DONEGANI, 2006; ABÉLÈS; JEUDY, 1997; BALANDIER, 2006). Isso porque as mudanças operadas pela Antropologia Política em relação ao que era seu terreno original - os domínios exteriores e exóticos - terão um impacto relevante também na renovação do olhar sobre o próprio mundo ocidental ao salientar as particularidades de suas formas de realização do poder e da política, em vez da aceitação tácita de sua generalidade e universalidade.

Isso se mostra de maneira especial na crítica às dicotomias entre “ocidental” ou “moderno” e “não ocidental” que traduzem, entre outras coisas, uma grande divisão e hierarquização entre os fenômenos sociais e políticos segundo sua proximidade em relação ao que aconteceu no chamado “Ocidente”. Para isso contribuiu, decisivamente, a crítica dos pressupostos subjacentes ao conceito de poder e de poder político e o questionamento da própria universalidade de tais formulações, demonstrando como muitas das investigações e resultados obtidos pelas pesquisas sobre tais fenômenos têm sido feitas com base em categorias que mais funcionam como “ideologias” do mundo ocidental, do que como conceitos universalmente aplicáveis a todas as sociedades (CLASTRES, 1990; LATOUR, 1994; GO, 2013).

Como exemplo dessa crítica, Clastres (1990, p. 13) observou que as análises das sociedades primitivas tomaram como “dadas” definições de poder “em termos de relações hierarquizadas e autoritárias de comando-obediência” e de poder político como “coerção”, que são particulares e próprias do Ocidente. Nesses termos, as sociedades que não se encaixam em tais definições são classificadas como “sociedades sem Estado”, “sociedades sem poder”, “sociedades sem política”. Trata-se, com isso, de uma postura etnocêntrica que consiste em compreender as diferenças “a partir do que é mais familiar” (CLASTRES, 1990, p. 14). Diante disso, ele argumenta que tais definições e sua pretensão de universalidade, do mesmo modo que a noção de economia de subsistência, expressa muito mais um *juízo de valor* fundado numa aceitação não reflexiva da cultura e ideologia própria da modernidade Ocidental, do que um princípio analítico e universal que possibilite a descrição do poder e da política de todas as sociedades.

Com base em tais noções, as classificações que pretendem dar conta da variabilidade e diferença entre os sistemas políticos, acabam fazendo um recenseamento “das sociedades segundo a maior ou menor proximidade que seu tipo de poder mantém com o nosso [ocidental]”, fundado no pressuposto de que há “uma continuidade entre todas essas diversas formas de poder” e “de que a História tem um sentido único”, de modo que os primitivos são “o que não somos mais” (CLASTRES, 1990, p. 14-15). Nesse sentido, os procedimentos comumente utilizados para caracterizar as diversas formas de organização política seguem classificações e tipologias que tomam como base e medida a chamada política ocidental e as categorias que lhe são próprias e particulares, como comando-obediência, coerção e Estado (CLASTRES, 1990; DUMONT, 1985; LATOUR, 1994; GOODY, 2008). Por isso, grande parte das tipologias acaba incorrendo em classificações valorativas que estipulam quantitativamente o + e o - do poder e da política, de modo que aquelas situações que se distanciam empiricamente desse modelo dominante são caracterizadas por categorias como “ausência”, “falta”, “carência” etc. Daí, o uso de metáforas biológicas como “embrionário”, “nascente”, “pouco desenvolvido”, bem como de designações derivadas dessas, como “pouco institucionalizado”, “periférico” etc.

Contrariamente ao que tem sido recorrente nessas classificações e tipologias, o que a estrutura mental e a história de cada sociedade nos revelam é uma profunda descontinuidade quanto às concepções e às práticas do

poder (CLASTRES, 1990). Por isso, em vez de nos limitarmos a fazer uma tipologia dicotômica ou dualista com base numa concepção particular do poder, o desafio levantado pelos estudos antropológicos da política consiste justamente em apreender as concepções próprias ou o pensamento nativo em relação ao fenômeno do poder e da política e os principais modos sob os quais tais fenômenos se realizam nas diferentes sociedades com base na investigação das condições sociais, políticas e culturais concretamente relacionadas à configuração de tais fenômenos.

Dando continuidade a esse tipo de crítica e aos problemas e desafios que ela levantou, os questionamentos posteriores sugeriram tratar de outra forma a chamada “política moderna” ou “ocidental”. Ou seja, foi o questionamento da própria clivagem e divisão das sociedades entre “modernas” e “não modernas” que esteve no centro das discussões e que se tornou uma das principais fontes para a renovação da agenda de pesquisa sobre os fenômenos políticos. Nesse sentido, Latour (1994) salienta o quanto tal divisão está diretamente associada à separação entre “Nós” e “Eles”, ao mesmo tempo em que estabelece uma *assimetria* entre as sociedades. Em conformidade com isso, o “Nós” moderno, social, político ou cultural, geralmente é apresentado como algo coerente, distinto e que tem uma verdade em si e que deve servir de modelo para o conhecimento e avaliação dos outros povos (“Eles”).

Através do adjetivo moderno, assinalamos um novo regime, uma aceleração, uma ruptura, uma revolução do tempo. Quando as palavras ‘moderno’, ‘modernização’ e ‘modernidade’ aparecem, definimos, por contraste, um passado arcaico e estável. Além disso, a palavra encontra-se sempre colocada em meio a uma polêmica, a uma briga onde há ganhadores e perdedores, os Antigos e os Modernos. ‘Moderno’, portanto, é duas vezes assimétrico: assinala uma ruptura na passagem regular do tempo; assinala um combate no qual há vencedores e vencidos (LATOUR, 1994, p. 15).

Sem dúvida é essa *assimetria* que está na base dos impasses recorrentes nas caracterizações dos diferentes sistemas políticos com base na ideologia de “modernidade”. Por isso, segundo ele, deve-se evitar cair na “ontologia” que os “modernos” têm de si mesmos e que acaba limitando nossas pesquisas à busca dos “fatos” que comprovem a existência da modernidade

política e seu grau de desenvolvimento nos diversos países do mundo contemporâneo (LATOURE, 1994, p. 15). Contrariamente a isso, nosso desafio consiste em abrir a “caixa preta” da fabricação da “política moderna”, recompondo de forma sincrônica todas as mediações entrelaçadas à sua imposição (LATOURE, 1994, p. 20-21). Tal tarefa difere da utilização corriqueira de caracterizações da política com base em tipologias como “Estado versus sociedades sem Estado”, “dominação institucional versus dominação pessoal” etc., que partem do pressuposto da universalidade do modelo Ocidental. Ela difere também de um tipo de reflexão sobre a história de uma série de estruturas, sistemas, instituições e práticas políticas nas mais diferentes sociedades, centradas na ideia de exclusividade e exemplaridade europeias. Antes disso, trata-se de inserir a história das instituições políticas modernas e ocidentais em suas relações de proximidade, de concorrência e de dominação com a história das demais sociedades.

Tal é a perspectiva de Goody (2008, p. 14-15) quando salienta a necessidade de introduzir uma “perspectiva comparativa mais ampla” que possibilite um conhecimento mais completo e preciso tanto dos outros povos quanto da própria origem europeia, em vez de permanecer num contraste grosseiro entre Ocidente e Oriente através de noções de “despotismo asiático”, “excepcionalidade asiática”, “terceiro mundo” etc. Para ele, um dos exemplos marcantes disso são as discussões e análises de valores como “humanismo”, “democracia” e “individualismo”, na medida em que fica patente o quanto estamos diante de ideologias e crenças utilizadas em contextos e a partir de relações sociais específicas e não de princípios analíticos utilizáveis para descrições das sociedades e de seus regimes políticos (GOODY, 2008, p. 273-301). De maneira geral, seu argumento enfatiza o quanto se trata de valores disseminados de modo bem mais amplo, não devendo ser tratados como exclusivamente ocidentais. Eles devem ser considerados de forma contextual e contingente, em relação a instituições e situações específicas e a períodos determinados, em vez de tomá-los como característica, essência ou substância absoluta de determinados países e falta ou ausência dos demais. Para isso, é importante considerar as dinâmicas e relações internacionais como contexto importante de imposição e luta em torno de tais valores.

No que diz respeito ao humanismo e à secularização, tem-se tomado como dado que o Ocidente tem sido o lugar do “secularismo”, do “racionalismo” e, conseqüentemente, do “confinamento da religião à sua própria esfera”, ao contrário do que ocorre no resto do mundo (GOODY, 2008,

p. 275). No entanto, observa-se que o secularismo chinês aparece como algo anterior ao europeu, do mesmo modo que se visualiza a importância social e política da filiação religiosa em muitas sociedades contemporâneas e também no Ocidente. Desse modo, o Ocidente reivindica uma série de valores centrados no humanismo que são tomados como sinônimos de ocidentalização, quando, na verdade, tais princípios são frequentemente retóricos e tem uma historicidade na medida em que são aplicados a certos grupos e mudam no decorrer da história. Pode-se destacar como exemplos disso a noção de domínio colonial que esteve associada a uma missão “humanizadora” e educativa, com frequência nas mãos de instituições religiosas; ou o movimento mundial de independência posterior à II Guerra, que teve como base slogans carregados de valores dos colonizadores e contou com o apoio dos poderes ocidentais e das Nações Unidas que impuseram regimes islâmicos para conter o comunismo, vistos como corruptos e contrários a todos os valores democráticos; por fim, o mesmo se aplica às quebras de compromissos humanistas que fundam a Convenção de Genebra (GOODY, 2008, p. 276-280).

Nos últimos anos, a crítica denominada de pós-colonialista teve um papel importante na renovação do questionamento da clivagem entre sociedades “ocidentais” e “não ocidentais”, assim como na importância atribuída às dinâmicas e relações internacionais na constituição de valores, de instituições e de práticas políticas. Isso porque, semelhante às críticas ao etnocentrismo europeu, tais trabalhos colocaram as relações entre ocidentais e não ocidentais no centro do debate, mostrando como os ocidentais e a modernidade foi moldada na e por suas relações com os colonizados e os povos não europeus (GO, 2013). Nesse sentido, eles chamam a atenção para a necessidade de superar o que chamam de “a artificial bifurcação das relações sociais” que tem como fundamento principal a repartição ou divisão das sociedades em ocidentais e não ocidentais. Tal superação implica a ruptura com vários postulados comumente aceitos, tais como cortar a história da Europa das relações efetivamente estabelecidas com suas colônias, as noções de originalidade europeia etc. Dessa forma, os estudos pós-coloniais constituem um conjunto de pensamentos, escritos e trabalhos que criticam e pretendem ultrapassar “as estruturas de apoio do colonialismo ocidental e seus legados”, ao mesmo tempo em que procuram incorporar teorias relacionais que dê conta da “modernidade” com base em investigações fundadas no exame da “interacional constituição das unidades sociais, processos e práticas através do espaço” (GO, 2013, p. 28).

2. Alteridade, nacionalidade e antropologia da política

Chamo a atenção para o fato de que, no contexto brasileiro, as exigências relativas à alteridade adquiriram desde cedo contornos específicos. PEIRANO, 1999, p. 226.

Ainda que através de percursos relativamente diferenciados, também no caso da Antropologia brasileira, o interesse pela política não constitui uma novidade, uma vez que na própria formação da disciplina questões relativas à política sempre estiveram presentes (PÉCAUT, 1990; MICELE, 1989; 1995; PEIRANO, 1999). Isso se deve, em parte, ao fato de que, diferentemente do observado em outros países nos quais a Antropologia é pensada como estudo dos outros nacionais, “no Brasil a alteridade é localizada nos marcos da própria fronteira nacional” (COMERFORD; BEZERRA, 2013, p. 446). Nesse sentido, os estudos etnológicos desde os primórdios foram orientados pelo desafio de tratar as relações, seja de *aculturação* ou de *conflito*, dos grupos indígenas com a sociedade brasileira como uma maneira de estudar a sociedade e a identidade nacional (CORRÊA, 1995; CASTRO, 1999; PEIRANO, 1999). Algo semelhante ocorreu também nas análises das relações raciais, nas quais a preocupação com a temática nacional estava no centro dos interesses, uma vez que os “outros” (negros, brancos, índios, grupos minoritários e imigrantes etc.) estavam “dentro de nós” (a sociedade nacional) e as análises desses grupos estava estreitamente vinculada à reflexão sobre as origens da nacionalidade e os destinos da nação (SCHWARCZ, 1999).

No entanto, apesar da dimensão política constituir um “aspecto familiar” desde o início da antropologia brasileira (PEIRANO, 1999), é somente nos anos 1990 que os fenômenos políticos ganham o estatuto de *objeto* de investigação antropológica. Em consonância com o desenvolvimento e as críticas levantadas pela Antropologia da política no âmbito internacional, trata-se de recusar as definições *substantivas* da política, como: o que é a política? Onde ela está? Quais suas fronteiras? (COMERFORD; BEZERRA, 2013). Em vez disso, levou-se em conta a sobreposição ou *imbricação* de atividades sociais (política, religião, família, amizades etc.) ao abordar a política a partir das diversas articulações de atividades (ABÉLÈS, 1990; ABÉLÈS; JEUDY, 1997; SAWICKI, 1997), eventos e práticas sociais que ela propicia, assim como de suas formas de manifestação e dos agentes que mobiliza.

Acompanhar as pessoas em atividades nas quais se envolvem, ou delas se afastam, quando dizem estar a fazer política não

deixa de ter conseqüências para a própria concepção e recorre da política. Quando consideradas a partir do ponto de vista dos agentes sociais, observa-se que as concepções de política em jogo nos seus julgamentos e ações não se assemelham necessariamente, no contexto dos Estados nacionais, à sua formulação estatal. Daí a importância atribuída [...] à análise de eventos, práticas, agentes e avaliações percebidas e classificadas como políticas. Trata-se de um esforço coletivo que se afasta de abordagens quantitativas da política, perspectiva privilegiada por certas análises no âmbito da Ciência Política e da Sociologia (SAWICKI, 1997, p. 465-466).

Distinta da “Antropologia Política” que constituiu durante certo tempo uma subespecialidade “definida por um domínio previamente recordado pelo analista” (a “cultura política”), o objetivo é “lançar um olhar antropológico (que não é privilégio de antropólogos) sobre instituições, relações e atividades pensadas socialmente como políticas” (SAWICKI, 1997, p. 467). Com base na etnografia e na comparação, tal abordagem possibilita romper com as descrições etnocêntricas (de classe, etnia, nação etc.) ao se colocar como objetivo a apreensão das “complexas maneiras pela quais uma determinada sociedade estabelece recortes de domínios, classificações e descontinuidades significativas, bem como descrever e analisar o que em cada contexto é delimitado como pertinente à política” (SAWICKI, 1997, p. 467).

Como podemos ver, ainda que rapidamente, em vez de se reduzir a uma simples técnica “qualitativa” de pesquisa, os desafios colocados pelos estudos antropológicos para realização de investigações etnográficas sobre a política nos colocam diante de interrogações bastante profundas e amplamente difundidas nas ciências sociais a respeito da própria definição da política como objeto de estudo: dos limites e contornos do poder e da política, de suas fronteiras e peculiaridades. De diferentes maneiras, tais abordagens e redefinições evidenciam a necessidade de se levar a sério e restituir o *ponto de vista nativo* sobre a política, ao mesmo tempo em que reafirmam a importância de certo *realismo* na definição da política enquanto objeto de estudo (FILLIEULE; FAVRE; JOBARD, 2007).

3. Etnografia, orientação reflexiva e estudo da política

Enquanto nas concepções corriqueiras de etnografia ela tem sido aceita

por cientistas políticos e sociólogos como uma espécie de convite para a adoção de “procedimentos qualitativos de pesquisa”, o mesmo não ocorre quando se trata de encará-la como uma exigência de reflexividade sobre as concepções, as formas de definição e os procedimentos adotados para se ter acesso ao próprio objeto (SCHATZ, 2009). Ainda parece distante na prática de investigação dos fenômenos políticos a adoção de uma sensibilidade que esteja voltada para a apreensão dos significados que as pessoas estudadas atribuem à sua realidade social e política, assim como a tarefa de tomar como objeto de análise a própria existência dos agregados (LATOURE, 1994) como partidos, elites, militância política etc.

Como já se disse isso se deve, em parte, a certa sedução e hegemonia da linguagem estatística e quantitativa no âmbito da Ciência Política e a marginalização das investigações não estatísticas como pré-científicas e inferiores (SCHATZ, 2009). Do mesmo modo, a defesa da abordagem “qualitativa” como contraponto obscurece o desafio que é próprio do trabalho etnográfico, na medida em que simplesmente reúne numa mesma família técnicas que são úteis de maneiras muito diferentes. Por isso, muito mais do que uma simples técnica da família “qualitativa”, a etnografia tem um valor inestimável na medida em que remete tanto a questões teóricas e epistemológicas quanto às dimensões empíricas e até mesmo normativas. Isso porque ela possibilita a revelação de “dados novos”: (i) evidências detalhadas que trazem robustez para as generalizações ou significados associados a outras tradições teóricas; (ii) investigações teoricamente estimulantes e empiricamente sólidas que possibilitem a expansão de como compreendemos os próprios limites ou fronteiras da “política”, ao invés das análises “triviais” que se contentem em perguntar sempre as mesmas questões, seguindo os mesmos paradigmas e utilizando os mesmos procedimentos de pesquisa; (iii) inovações epistemológicas que permitem a ruptura com amplas categorias e subtipos utilizados, dando conta de complexas configurações de fatores, teorias e processos constitutivos que capturam seu dinamismo (SCHATZ, 2009, p 10-12). Sendo assim, ela envolve o conjunto da prática científica na medida em que implica tomar como objeto de análise as próprias concepções de ciência, de sociedade e de política utilizadas pelo investigador.

Para isso, a própria definição de etnografia é algo que precisa ser mais bem explicitada, uma vez que existe muito dissenso sobre o que a constitui e/ou deve constituí-la. Sem dúvida a imersão no terreno de análise através da observação participante tem sido considerada uma das caracte-

terísticas definidoras da etnografia, tornando-se ultimamente até mesmo sinônimo de etnografia. Todavia, é preciso acrescentar um aspecto que tem sido muito pouco utilizado pelas utilizações corriqueiras da etnografia: trata-se mais propriamente de uma “sensibilidade que vai muito além do contato face-a-face” (SCHATZ, 2009, p. 5):

*É uma abordagem que se preocupa - com o envolvimento emocional possível que isso implica - em recolher os significados que as pessoas sob estudo atribuem à sua realidade social e política. [...] Um estudo etnográfico - **ceteris paribus** - é provável que conceda prioridade descritiva e/ou explicativa para as maneiras pelas quais ‘os nativos’ em geral entendem a sua existência (SCHATZ, 2009, p. 5, p. 7).*

Tal definição implica, primeiramente, ir além de uma oposição ou clivagem entre “métodos qualitativos” e “quantitativos”. Segundo tal visão “dicotômica” da metodologia, um “olhar etnográfico” sobre a realidade do poder e da política requer a utilização de “métodos qualitativos” em contraponto ao “quantitativismo” normalmente associados à Ciência Política. Tal dicotomia obscurece os desafios epistemológicos, teóricos, empíricos e mesmo normativos que tal empreendimento implica. Até mesmo porque a análise tanto dos dados “qualitativos” quanto dos “quantitativos” requer uma atenção mais profunda ao “contexto social e investigativo”, às condições de produção e às concepções e significados associados ao conjunto material levantado e utilizado como “dados” para a investigação (SCHATZ, 2009, p. 2-5). Em segundo lugar, ela requer também a ruptura com a redução da etnografia à “observação direta” ou “participante”. Isso porque se a imersão no terreno de análise constitui, sem dúvida, um dos pontos de partida essenciais, é somente na medida em que esteja associada com a colocação em prática de uma “sensibilidade que está voltada para a apreensão dos significados que as pessoas estudadas atribuem à sua realidade social e política” (SCHATZ, 2009, p. 5). Tal definição nos permite, por um lado, distinguir a imersão etnográfica do “trabalho de campo”, uma vez que isso implicaria que ele fosse feito a partir de uma “geral sensibilidade etnográfica” ao *ponto de vista nativo* e, como sabemos, nem sempre é o que ocorre. Por outro lado, evita também a redução da etnografia à “observação participante”, uma vez que enquanto um tipo de sensibilidade e imersão nas concepções, instituições e práticas nativas,

ela pode ser feita com base em várias técnicas e não apenas na observação direta. Nesse sentido, a etnografia tem fundamentado um conjunto de estudos que utilizam dados produzidos a partir de documentos, arquivos, entrevistas, questionários, estatísticas etc., e não apenas aqueles que fazem da observação direta ou participante uma forma *exclusiva* de acesso ao objeto (SCHATZ, 2009, p. 5-6; CEFAÏ, 2010).

Tais orientações conduzem à ruptura com as perspectivas fundadas em clivagens disciplinares e institucionais que reduzem a etnografia a uma “técnica de pesquisa” própria da Antropologia. Isso porque ela nos remete mais para uma determinada maneira de construir o objeto, que não é exclusiva de nenhuma disciplina em particular, do que para a sua defesa como abordagem exclusiva de determinada disciplina na análise de qualquer tema ou objeto. Daí a necessidade de enfatizar as concepções e pressupostos associados ao uso da “etnografia”, bem como a ruptura com sua redução a trabalho de campo e observação participante. Isso porque em seus usos mais corriqueiros o termo “etnografia” ainda parece-nos reenviar à antiga divisão disciplinar e institucional, uma vez que ele tem sido muito particularmente associado à Antropologia. Por isso, a persistência do que Auyero (2006) designa como relação de dupla ausência entre etnografia e política está vinculada, em grande parte, ao fato das investigações sobre o poder e a política terem sido, durante muito tempo, realizadas com base em recortes teóricos e procedimentos metodológicos marcadamente disciplinares e institucionais.

Por falta de opções, nos autodenominamos sociólogos, historiadores, economistas, cientistas políticos, filósofos, antropólogos. [...] Qualquer que seja a etiqueta, a questão é sempre a de reatar o nó górdio atravessando, tantas vezes quantas forem necessárias, o corte que separa os conhecimentos exatos e o exercício do poder, digamos a natureza e a cultura. Nós mesmos somos híbridos, instalados precariamente no interior das instituições científicas, meio engenheiros, meio filósofos, um terço instruído sem que o desejássemos; optamos por descrever as tramas onde quer que estas nos levem (LATOUR, 1994, p. 9).

Nesse espírito, pode-se falar da *etnografia política* como uma área de estudos que emergiu de pesquisas realizadas a partir de várias filiações disciplinares, deixando de ser diretamente associada à Antropologia e se

definindo como uma discussão das concepções e pressupostos associados a tal forma ou método de trabalho no estudo dos fenômenos políticos. Ela difere de simplesmente “fazer trabalho de campo” e da própria “observação participante” como técnica de pesquisa, na medida em que se trata mais propriamente de um método baseado na proximidade e na observação da temporalidade própria dos atores envolvidos em processos políticos. Diferentemente da abordagem puramente “metodológica”, as discussões sobre a reflexividade e a implicação do pesquisador na realização da pesquisa constitui um bom ponto de partida para a ruptura com a dicotomia “qualitativa” versus “quantitativo”, na medida em que implica toda a prática de pesquisa.

Quanto a isso, observa-se que a década de 1980 constitui um marco no aparecimento de novas formas de contestação do trabalho e da prática etnográficas. Ainda que relativamente diferenciadas entre si, tais críticas tiveram como fundamento comum a emergência de uma “antropologia engajada” e que foi também denominada de “antropologia pós-moderna” (KUPER, 2002, p. 262-265).

Apesar das diferenças de ênfase, todos esses autores [os antropólogos pós-modernos] retornam a uns poucos temas centrais. No cerne de seus argumentos existem três proposições perfeitamente compatíveis entre si, e todas são vulneráveis à crítica em seus próprios termos. A primeira proposição é que houve uma mudança histórica em todo o mundo nos termos do comércio cultural. A segunda é que não é mais possível (se é que alguma vez o foi) construir relatos objetivos de outros modos de vida. A terceira é que há uma obrigação moral de louvar as diferenças culturais e defender aqueles que estão resistindo à ocidentalização (KUPER, 2002, p. 279).

Em consonância com essas críticas vimos emergir uma série de trabalhos voltados para discussões gerais sobre o sentido da etnografia e da autoridade do antropólogo na realização do trabalho de campo, bem como questionamentos a respeito do papel de pesquisador e do lugar dos “nativos” em nossas pesquisas. Tais críticas deram margem ao surgimento de relatos de pesquisa que tratavam mais do “estado de espírito” do pesquisador e dos “dramas” por eles enfrentados no trabalho de campo, do que sobre o que os “dados” coletados “diziam” a respeito da realidade.

de investigada. Em muitos casos, tais descrições partiam do pressuposto segundo o qual a qualidade dos dados e do próprio trabalho de pesquisa depende necessariamente dos sacrifícios e dificuldades enfrentadas pelo pesquisador no campo.

Independente dos excessos produzidos por tais formulações, bem como pelas críticas que lhes sucederam um dos aspectos que emergiu com mais força a partir do debate que elas suscitaram diz respeito à importância do princípio da “reflexividade” no trabalho de campo (WINKIN, 1998). Segundo tal princípio, um dos desafios que perpassa todo o processo de definição e realização do trabalho de investigação consiste na constante vigilância em relação às condições sociais, políticas e culturais através das quais os dados etnográficos são produzidos (BEAUD; WEBER, 1998). Isso envolve desde uma “dúvida radical” a respeito de uma série de pressupostos vinculados à própria existência do pesquisador como um “ser social” (BOURDIEU, 1998), até a vigilância constante na operacionalização de um conjunto de procedimentos próprios à definição, realização e conclusão do trabalho de campo (BEAUD; WEBER, 1998).

Nesse sentido, falar em “reflexividade” remete necessariamente à ideia, geralmente deixada de lado, de “auto-reflexividade”: o controle das pré-noções comuns e eruditas que nos conduzem ao objeto e que, muitas vezes, “falamos por nós” durante a pesquisa; a constante autoanálise, tanto do seu próprio “interesse” de pesquisa quanto do conjunto de interações desenvolvidas no decorrer da investigação (teorias, problemas, procedimentos utilizados etc.); a constante indagação a respeito dos efeitos sociais que certas escolhas e posições assumidas durante o processo de investigação têm em relação à pertinência e qualidade das informações obtidas.

Dessa forma, as dificuldades, os constrangimentos e as emoções decorrentes do processo de inserção do pesquisador no terreno de análise, do levantamento das informações sobre o que pretende investigar e das formas de disponibilidade e de acesso aos documentos, registros e práticas existentes são “portadoras de uma informação positiva sobre as situações que as produzem”, podendo “se converter em fontes de informação capaz de enriquecer nossa análise das formas da respectiva construção social” e ser consideradas como uma “realidade social a ser analisada como tal” (MERLLIÉ, 1996, p. 156-157). Em que medida nós estamos tão impregnados de “pré-definições” comuns ou mesmo científicas sobre nosso objeto que não o deixamos falar e mostrar-se *como* ele é e a partir de *lugares* que

nem sempre correspondem aos locais onde costumamos procurá-los? Por que certas informações, documentos, práticas não estão ali onde *deveriam* sempre estar? Quais as perguntas, dúvidas, tensões, conflitos etc., que surgiram no próprio processo de levantamento dos dados pertinentes (fichas, documentos, entrevistas etc.)? Em que medida essas questões que vêm à tona durante o processo de pesquisa já nos diz algo sobre o modo de *configuração* da própria realidade social a ser investigada? De que forma o controle dessas “pulsões” (sociais e intelectuais) nos conduz a uma apreensão mais condizente com a multidimensionalidade e com os diversos modos de configuração do objeto e de suas relações com diferentes formas de invenção política?

Não se trata, portanto, de tomar as dificuldades de aplicação de determinadas técnicas de investigação, de acesso a certos terrenos de investigação e, até mesmo, de definição da própria “posição de pesquisador” no universo investigado, como pretexto para discussões genéricas sobre o sentido da etnografia e da autoridade do etnógrafo. Antes disso, pretendo apenas demonstrar que levar a sério o processo de acesso ao universo de pesquisa, os “termos” utilizados pelos *nativos*, o encadeamento concreto e a configuração de suas experiências e as respectivas práticas que dão sentido às suas condutas podem nos fornecer um meio pertinente de definição do objeto e de desenvolvimento da análise: das concepções e práticas que conduzem ao ingresso em determinados grupos e organizações políticas, dos significados que determinadas práticas tem para a apreensão de certas fronteiras existentes em tal universo. Nesse sentido, mais do que partir de um objeto delimitado e pré-definido, uma etnografia *da* política nos convida a “seguir” e “deixar falar” a própria política enquanto objeto de investigação.

Distinta das utilizações corriqueiras que a reduzem à recusa das questões e interrogações teóricas, as quais, sem dúvida, permanecem no centro de qualquer investigação, a etnografia nos desafia a colocar em prática um princípio teórico e metodológico que evita as definições “a priori” do objeto, assim como as “questões teóricas” que não estejam ancoradas empiricamente. Enquanto orientação investigativa geral aplicada aos fenômenos políticos, uma etnografia política requer, acima de tudo, uma transformação do olhar sociológico, antropológico ou politólogo na medida em que exige a reflexividade, certo *realismo* na definição do objeto “política” e que se leve a sério e restitua o *ponto de vista nativo* sobre organizações, atores, eventos, acontecimentos e práticas políticas. Por-

tanto, saliento novamente que não se trata de uma simples técnica de coleta de dados sobre os fenômenos políticos ou de uma forma de abordagem que “está condenada ao tratamento idiográfico de acontecimentos únicos ou de situações singulares”, uma vez que investiga também a constituição de ordens, regularidades, racionalidades, legitimidades etc. (CEFAÏ, 2010, p. 9-10).

4. Deixando falar os fenômenos políticos

É todo um trabalho de educar seu olhar, de neutralizar seus preconceitos, de controlar suas emoções, de reter seu julgamento e, sobretudo, de perseverar, com a obstinação que lhe dá o desejo de saber, para explorar sempre mais ‘situações’, assegurar-se da qualidade dos ‘dados’, controlar as múltiplas interpretações que lhe dão os atores e produzir um relato que emerge da dinâmica da investigação - que não seja a projeção de um sistema teórico, de uma doutrina religiosa ou de uma ideologia política (CEFAÏ, 2010, p. 547).

Um dos primeiros desafios que um olhar reflexivo sobre o objeto de análise nos coloca, consiste em *levar a sério* o próprio processo de levantamento e coleta de documentos, registros e informações sobre o que se pretende investigar. Isso difere de uma prática que se tornou corriqueira na Sociologia nos últimos anos e que consiste em elaborar uma espécie de lista das “peculiaridades” no percurso de determinada pesquisa e de suas relações com diferenças de posição social dos investigadores e investigados no intuito de minimizar as dificuldades de acesso ao terreno e de transformá-las em “dados”, como fazem, entre outros Pinçon e Pinçon-Charlot (1991) e Chamboredon (1994). Isso porque, em vez de partir de uma problemática já pronta, o desafio consiste mais propriamente em *seguir e deixar falar o objeto* não apenas sobre o que interessa ao pesquisador, ou no caso as diferenças de posição social, mas sobre o estatuto, as condições e as formas de existência do próprio objeto (FILLIEULE; FAVRE; JOBARD, 2007).

Em relação a isso, durante minha pesquisa de doutorado sobre os dirigentes de organizações ambientalistas do Rio Grande do Sul, entre 1970 e início dos anos 2000, uma das primeiras inquietações que foram importantes para a definição do objeto que pretendia abordar foi o próprio acesso aos documentos e fontes de informação sobre tal universo de pesquisa

(OLIVEIRA, 2005, p. 26-77). A prática usual sugeria que se poderia partir do conjunto de organizações encontradas, após levantamento e consulta de várias listagens, produzidas por instituições muito variadas e, assim, examinar as variações desse quadro no decorrer do tempo: o aumento ou a diminuição do número de organizações como indicador pertinente do grau de diversificação do ambientalismo em tal situação. Com base nesse quadro objetivo da *quantidade* de organizações existente e sua evolução no tempo, seria plausível *aplicar* algumas das várias categorizações atualmente disponíveis na literatura pertinente como é o caso, entre outras, das de “setor de movimentos sociais”, “organizações de movimentos sociais”, “espaço dos movimentos sociais”, “capital militante”, “arena dos movimentos sociais” etc. Mesmo que esse caminho se apresentasse como o mais indicado e até mesmo o mais cômodo, era preciso interrogar-se se ele era o mais adequado em função da disponibilidade e das características próprias do material encontrado. Pelo contrário, a forma de acesso do material nos indicava o quanto era importante *levar a sério* o próprio processo de levantamento de registros e de informações sobre as organizações e os atores sociais vinculados à defesa de causas ambientais.

Ao me voltar para a análise das formas concretas de existência do material sobre o ambientalismo, pude perceber, por um lado, a inexistência de instituições responsáveis pelo cadastramento e registro das associações atuantes no Rio Grande do Sul e, por outro, que as agências e organizações que dispõem de informações sobre as mesmas utilizavam critérios muito particularizados e circunstanciais. Associado a isso, predominava uma grande proliferação tanto dos esquemas de classificação da “história do ambientalismo” quanto dos critérios e dos procedimentos de definição e de seleção das organizações voltadas para a proteção do meio ambiente. O exame atencioso das discrepâncias entre as informações das principais listas de organizações ambientalistas encontradas mostrou que tais informações e os registros disponíveis sobre as organizações atuantes em tal situação se encontravam estreitamente relacionados às características das instituições que as produziam: às diferentes formas de classificação do ambientalismo que lhe são subjacentes e aos procedimentos particulares que elas utilizavam para definir o conjunto heterogêneo de organizações atuantes. Por outro lado, tal análise levantou também algumas pistas importantes para a caracterização do modo de configuração desse conjunto de organizações. Em linhas gerais, observei que, associada à inexistência de fronteiras ideológicas e institucionais entre o universo das orga-

nizações atuantes na defesa de causas ambientais e à sua crescente imbricação com diversos tipos de reivindicações sociais e populares, havia um padrão de distribuição e de articulação do conjunto de organizações composto por um tipo de configuração que mesclava um grau elevado de atomização e de dispersão do conjunto heterogêneo de organizações ambientalistas com formas de intervenção altamente concentradas e centralizadas num número bastante reduzido de associações.

Diante de tal cenário, como estabelecer os recortes temporais que caracterizavam a defesa ambiental em tal situação? Que organizações incluir e quais descartar e com base em quais procedimentos? Tais questionamentos, que constituem uma espécie de ponto de partida da investigação das modalidades de engajamento na defesa desses tipos de causas, não são muito diferentes das indagações que os próprios atores engajados no ambientalismo levantavam constantemente em seus discursos e intervenções durante reuniões de associações, conselhos, comitês, encontros de organizações etc. Isso porque a “história” das lutas ambientalistas, do momento e das causas do seu nascimento e das mudanças que lhe ocorreram era algo que estava em jogo a todo o momento nos eventos, nas intervenções e nos discursos dos que atuam na defesa de causas ambientais. Em torno dessa preocupação se manifestava o que os próprios militantes designavam como uma “crise de identidade” do ambientalismo, na medida em que não se conseguia nunca definir quais eram suas “origens” e “raízes”, nem “quem ele é”. Do mesmo modo, quando se relacionava tais informações ao modo de difusão e de expansão das organizações ambientalistas em tal situação, era possível observar que sua forma de distribuição temporal e geográfica não tinha resultado numa maior articulação entre as mesmas nem no estabelecimento de instâncias de hierarquização e de representação da defesa ambiental.

Tal análise evidenciou que a defesa do meio ambiente era objeto da intervenção de organizações sociais que atuavam simultaneamente nas mais diferentes esferas sociais, tornando-se praticamente impossível estabelecer o conjunto de entidades ambientalistas atuantes no Rio Grande do Sul. O que se podia identificar eram conjuntos variados de organizações conforme os contextos em que se desenvolviam concretamente diversos tipos de mobilizações associadas à proteção ambiental. Diante disso, como aceitar, enquanto “um movimento”, o que se apresentava na realidade como um conjunto bastante heterogêneo e multifacetado de organizações e de práticas que não desembocavam na demarcação de suas

definições coletivas e institucionais pelo estabelecimento de fronteiras ideológicas, políticas e organizacionais e nem tampouco pela vinculação dessas fronteiras a uma determinada “história do movimento”?

Acontece que, a exemplo do que tem sido prática usual no estudo dos movimentos sociais, investigações sobre a defesa de causas ambientais não consideram de maneira sistemática tais indagações, tratando-as como simples “dados” que cabem ao investigador apenas a tarefa de descrever ou explicar. É que uma grande parte deles ainda insiste em considerar tal situação como uma realidade relativamente coerente e constante. Para isso, a caracterização da defesa ambiental com base na categoria de “movimento social” tem sido a principal estratégia utilizada. Em decorrência disso, as tarefas iniciais da investigação ou da exposição dos resultados obtidos com tal tipo de pesquisa quase sempre se reduzem a uma espécie de descrição do surgimento e das principais lutas e transformações observadas durante o percurso de algo cuja coesão e continuidade já estão dadas empiricamente: “o movimento ecológico”. O olhar reflexivo sobre as informações encontradas nos colocou no desafio de, em vez de partir de uma definição prévia de “movimento social”, tomá-la como uma categoria que está em jogo no próprio universo das organizações e das lideranças engajadas na defesa desses tipos de causas, fazendo parte da própria realidade que se pretende investigar.

Outra fonte de apreensão de como o objeto se apresenta empiricamente à investigação diz respeito ao processo de negociação do ingresso no terreno de análise. Quanto a isso, os contatos iniciais com as associações, militantes e dirigentes que atuavam na defesa de causas ambientais na situação em pauta, foram, desde o início, caracterizados por hesitações e pela constante utilização, pelos próprios nativos, de termos e palavras para definir minha posição de pesquisador.

Desse modo, durante todo o processo de investigação deparei-me com a cobrança e a exigência dos dirigentes e militantes de diferentes organizações quanto à explicitação do meu pertencimento a uma das associações. O fato de estar sempre presente em diversos eventos, locais e atividades sem estar filiado a nenhuma associação passou a ser visto com suspeita por grande parte dos militantes, chegando a ser considerado, por muitos deles, como uma espécie de “perigo” para a atuação das associações. Aos poucos, a presença continuada do pesquisador passou a ser definida através do termo “espião”. Ao tomar como objeto de análise a utilização recorrente de tais termos por parte dos próprios dirigentes e

militantes para designar o pesquisador, foi possível perceber que o uso de tais designações constituía uma situação exemplar para a apreensão de certos aspectos centrais do trabalho dos dirigentes ambientalistas na situação em pauta. De um lado, o olhar reflexivo sobre os diferentes usos de tal termo em situações e eventos também diversificados, possibilitou relacionar tais utilizações a certas concepções de sociedade e de política que respaldam o engajamento e as práticas militantes nas organizações ambientalistas. De outro lado, as qualificações militantes do pesquisador como um “perigo”, um “intruso” e um “espião” constituíam uma forma de evidenciar certas relações com as lógicas de recrutamento e de seleção de seus militantes e as formas de definição das fronteiras, hierarquias, disputas e conflitos entre tais organizações (OLIVEIRA, 2010).

Assim, tais informações constituíram uma via de acesso à observação de que nos últimos anos tinha ocorrido um considerável aumento da quantidade de organizações, bandeiras de luta e formas de intervenção vinculadas ao ambientalismo, assim como um maior entrelaçamento das redes de liderança de diferentes organizações e movimentos sociais que atuavam na defesa de causas ambientais. Tais transformações colocaram em jogo uma maior dificuldade no estabelecimento das fronteiras institucionais e ideológicas entre as associações ambientalistas decorrente da proliferação do número de organizações envolvidas com a defesa do meio ambiente e, principalmente, da diversificação dos vínculos e dos compromissos simultâneos dos dirigentes ambientalistas com outros tipos de organizações e “movimentos sociais”.

Como podemos ver, as negociações para o acesso ao terreno de investigação, com suas surpresas e inquietações, constituem situações privilegiadas para nos informar sobre as condições de produção tanto dos materiais e informações que poderão ser utilizadas como “dados” para a investigação quanto do próprio objeto de pesquisa e de suas formas de configuração no universo pesquisado. Por isso, a escolha das técnicas de investigação não pode ser definida de antemão com base numa espécie de preferência teórica e metodológica prévia tanto a respeito do seu alcance e eficácia quanto dos lugares, atores e temporalidades relacionadas aos objetos de investigação. Como salienta Bennani-Chraïb (2010), tais escolhas dependem dos próprios contextos de investigação e do trabalho, por vezes longo e paciente, de confecção das redes de confiança. O olhar reflexivo sobre tais negociações e a inserção das diferentes técnicas utilizadas numa abordagem etnográfica possibilita ter acesso a

um conjunto de informações pertinentes sobre objeto em questão: formas de interação entre diferentes atores, dinâmicas de funcionamento organizacionais, redes de inter-reconhecimento, grau de homogeneidade entre seus membros, modalidades de decisão etc. Tais informações não podem ser negligenciadas como matéria bruta ou anedótica, mas levadas a sério na medida em que são formas de *deixar falar o objeto* que nos oferecem a possibilidade de constituir, sob o concreto, os atores, os lugares e as temporalidades próprias do objeto.

Conclusões

Como procurei demonstrar no decorrer deste capítulo, a incorporação da etnografia aos estudos dos fenômenos políticos constitui uma prática ainda pouco usual no âmbito das ciências sociais. A persistência de divisões disciplinares e institucionais na forma de apropriação da prática etnográfica pelos cientistas sociais constitui, ainda hoje, um dos principais fatores que tornam inviável uma maior aproximação entre etnografia e política. A redução do “olhar” etnográfico a uma técnica “qualitativa” de coleta e de levantamento de “dados”, própria da Antropologia, constitui uma das principais fontes dessa dificuldade de apropriação da prática etnográfica pela Sociologia e Ciência Política. Por outro lado, a persistência de uma concepção essencialista da cultura contribui para certo desprezo dos fenômenos do poder e da política na literatura etnográfica.

Por isso, ainda é muito comum encontrar trabalhos de cientistas políticos que, fundados nessa forma de conceber e praticar a etnografia parte de uma problemática e de escolhas técnicas totalmente prontas a respeito dos objetos, sejam eles instituições, partidos, militância, grupos dirigentes etc. Nesses casos, o que chamam de etnografia serve apenas para amenizar o forte peso dado de antemão às técnicas quantitativas e às explicações estatísticas com base em teorias “eurocentristas”. Do outro lado, a concepção essencialista dos antropólogos no tratamento dado aos fenômenos culturais não contribui nem um pouco para que os fenômenos relacionados ao poder e à política sejam tratados como objeto de investigação prioritária e que, portanto, tenham um papel importante no processo de construção e definição dos objetos de estudo da própria Antropologia.

A incorporação de uma orientação e prática reflexiva nos processos de investigação dos fenômenos políticos constitui um dos aspectos fundamentais para uma maior aproximação entre etnografia e política. Isso exige uma profunda mudança de atitude a respeito das teorias que são

comumente utilizadas para caracterizar os diferentes modelos de organização política. Nesse sentido, demonstrei que os estudos antropológicos sobre o poder e a política trouxeram, sem dúvida, novos questionamentos a respeito do nosso conhecimento das fronteiras da política, na medida em que tinham como base realidades bastante diferenciadas das que dominavam o cenário intelectual até o momento. Eles conduziram a uma expansão da compreensão que se tinha até então dos fenômenos políticos e trouxeram consigo o potencial de explosão da definição “eurocentrista” de poder, Estado, política etc. Desse modo, tais desenvolvimentos possibilitaram estabelecer um verdadeiro diálogo com as diferentes formulações teóricas e disciplinares sobre a política, rompendo com aquelas nomenclaturas e dicotomias pré-estabelecidas, classificações e tipologias valorativas e “etnocêntricas” subjacentes a tais formulações e que, com base numa problemática prévia e pronta, definem nosso objeto como “pouco desenvolvido”, “institucionalmente frágil”, “periférico” etc.

Todavia, apesar disso, estudos etnográficos de organizações, atores e práticas políticas ainda são raros no âmbito da Ciência Política e não são predominantes no universo da própria Antropologia. Isso porque a incorporação de uma orientação etnográfica envolve também profunda mudança de atitude em relação à concepção disciplinar das técnicas de pesquisa, ao processo de acesso ao terreno de investigação e ao próprio material que pode ser utilizado como fonte de informação ou alçado à qualidade de “dados”. Nesse sentido, ela nos orienta a uma escolha dos procedimentos técnicos e das informações pertinentes para o trabalho com base na dinâmica própria da investigação e nas condições e formas de apresentação e de existência do objeto.

É nesse sentido que podemos falar da *etnografia política* como uma área interdisciplinar de investigação teórica e metodológica de estudos da política que atribui um papel decisivo à lógica própria das cenas, eventos, práticas, atividades e interações, constatadas em situação, na constituição e no funcionamento cotidiano de determinado fenômeno político. Desse modo, ela constitui uma ferramenta analítica que pode nos auxiliar a *seguir e levar a sério* a própria existência de agregados como grupos dirigentes, partidos políticos, engajamento e militância política etc., em vez de tomá-los como algo “dado” e evidente por si só. Sem dúvida, essa maneira de olhar e investigar os fenômenos políticos constitui um grande desafio ao universo acadêmico brasileiro, o qual tem uma propensão muito grande a se deixar, rapidamente, levar pelas palavras *prontas*, pe-

Como estudar elites

los conceitos *homogêneos* e pelas explicações *acabadas*, principalmente quando produzidas pelas vertentes europeias e norte-americanas e difundidas para a América Latina. Quanto a isso, a pesquisa orientada, desde o começo, por uma atitude profundamente reflexiva em relação às próprias teorias dominantes e sua difusão na produção acadêmica brasileira constitui, talvez, um passo importante para que possamos finalmente *seguir e deixar falar* a política em nossa realidade.

Referências

- ABÉLÈS, M.; JEUDY, H-P. (Ed.). **Anthropologie du Politique**. Paris: Armand Colin, 1997.
- ABÉLÈS, M. **Anthropologie de l'État**. Paris: Armand Colin, 1990.
- AUYERO, J. Introductory Note to Politics under the Microscope: Special Issue on Political Ethnography. **Qualitative Sociology**, v. 29, n. 3, p. 257-259, 2006.
- BALANDIER, G. Voir Ailleurs, Pouvoir Ici. **Raisons Politiques**, n. 22, p. 15-22, 2006.
- BEAUD, S.; WEBER, F. **Guide de l'Enquête de Terrain**. Paris: La Découverte, 1998.
- BECKER, H. Préface. In: PENEFF, J. (Ed.). **Le goût de l'observation**. Comprendre et pratiquer l'observation participante en sciences sociales. Paris: La Découverte, 2009.
- BENNANI-CHRAÏBI, M. Quand négocier l'ouverture du terrain c'est déjà enquêter. Obtenir la passation de questionnaires aux congressistes de partis marocains. **Revue internationale de politique comparée**, v. 17, p. 93-108, 2010.
- BEZERRA, M. O. Anthropologie, sociologie et pratique professionnelle: notes sur les classifications et filiations disciplinaires au Brésil. **Genèses**, v. 89, p. 60-75, 2013.
- BOTTOMORE, T.; NISBET, R. **História da Análise Sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.
- BOURDIEU, P. Introdução a uma Sociologia Reflexiva. In: **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- CASTRO, E. V. Entologia brasileira. In: MICELI, S. (Ed.). **O que ler na Ciência Social Brasileira (1970-1995)**. V. 1: Antropologia. São Paulo: Sumaré, 1999.
- CEFAÏ, D. (Ed.). **L'Engagement Ethnographique**. Paris: EHESS, 2010.
- CHAMBOREDON, H. et al. S'imposer aux imposants: A propos de quelques obstacles rencontrés par des sociologues débutants dans la pratique et l'usage de l'entretien. **Genèses**, n. 16, p. 114-132, 1994.
- CLASTRES, P. **A Sociedade contra o Estado**. Pesquisas de Antropologia Política. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.
- COMERFORD, J. C.; BEZERRA, M. O. Etnografias da política: uma apresentação da coleção Antropologia da Política. **Análise Social**, n. 207, p. 465-489, 2013.
- CORRÊA, M. A. Antropologia no Brasil (1960-1980). In: MICELI, S. (Ed.). **História das Ciências Sociais no Brasil**. São Paulo: Sumaré/FAPESP, 1995.
- DONEGANI, J. M. De l'anthropologie au politique. **Raisons Politiques**, no 22, p. 5-14, 2006.
- DUMONT, L. **O individualismo**. Uma perspectiva antropológica da ideologia moderna. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.
- ERIKSEN, T. H.; NIELSEN, F. S. **História da Antropologia**. Petrópolis: Vozes, 2007.
- FILLIEULE, O.; FAVRE, P.; JOBARD, F. **L'Atelier du Politiste**. Théories, actions, représentations. Paris: La Découverte, 2007.

Como estudar elites

- GO, J. For a Postcolonial Sociology. **Theory and Society**, v. 42, n. 1, p. 25-55, 2013.
- GOODY, J. **O roubo da história**. Como os europeus se apropriaram das ideias e invenções do Oriente. São Paulo: Contexto, 2008
- HEUSCH, L. Anthropologie et Science(s) Politique(s). **Raisons Politiques**, n. 22, p. 23-48, 2006.
- KUPER, A. **Antropólogos e Antropologia**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.
- _____. **Cultura**. A visão dos Antropólogos. Bauru: EDUSC, 2002.
- LATOUR, B. **Jamais fomos modernos**. Ensaio de Antropologia Simétrica. Rio de Janeiro, Editora 34, 1994.
- MERLLIÉ, D. A construção estatística. In: CAMPAGNE, P. et al. **Iniciação à Prática Sociológica**. Petrópolis: Vozes, 1996.
- MICELI, S. (Ed.). **História das Ciências Sociais no Brasil**. V. 1. São Paulo: Vértice, 1989.
- _____. (Ed.). **História das Ciências Sociais no Brasil**. V. 2. São Paulo: Sumaré/FAPESP, 1995.
- OLIVEIRA, W. J. F. **Paixão pela Natureza, Atuação Profissional e Participação na Defesa de Causas Ambientais no Rio Grande do Sul entre 1970 e Início dos Anos 2000**. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.
- _____. O antropólogo como um “espião”: quando a observação participante põe em “risco” as fronteiras dos grupos estudados. **Revista Pós em Ciências Sociais**, v. 7, n. 14, p. 123-142, 2010.
- PÉCAUT, D. **Os intelectuais e a política no Brasil**: entre o povo e a nação. São Paulo: Ática, 1990.
- PEIRANO, M. G. S. Antropologia no Brasil (Alteridade Contextualizada). In: MICELI, S. (Ed.). **O que ler na Ciência Social brasileira (1970-1995)**. V. 2: Antropologia. São Paulo: Sumaré, 1999.
- PINÇON, M.; PINÇON-CHARLOT, M. Pratiques d'enquêtes dans l'aristocratie et la grande bourgeoisie. **Genèses**, 3, p. 120-133, 1991.
- SAWICKI, F. **Les reseaux du parti socialiste**. Sociologie d'un milieu partisan. Paris: Belin, 1997.
- SCHATZ, E. (Ed.). **Political Ethnography**. What immersion contributes to the study of power. Chicago: University of Chicago Press, 2009.
- SCHWARCZ, L. K. M. Questão Racial e Etnicidade. In: MICELI, S. (Ed.). **O que ler na Ciência Social Brasileira (1970-1995)**. V. 1: Antropologia. São Paulo: Sumaré, 1999.
- TILLY, C. **Big Structures, Large Processes and Huge Comparisons**. New York: Russell Sage Foundation, 1984.
- WINKIN, Y. **A nova comunicação**. Da teoria ao trabalho de campo. Campinas: Papyrus, 1998.